



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Curso de Direito

Trabalho de Conclusão de Curso

O uso legítimo da força *versus* violência policial

Gama-DF

2023

JOÃO MARCOS FEITOSA COSTA

O uso legítimo da força *versus* violência policial

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador (a): Prof. Dr. Luís Felipe Perdigão

Gama-DF

2023

JOÃO MARCOS FEITOSA COSTA

O uso legítimo da força *versus* violência policial

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Banca Examinadora

Prof. Nome completo
Orientador

Prof. Nome completo
Examinador

Prof. Nome Completo
Examinador

O uso legítimo da força *versus* violência policial

João Marcos Feitosa Costa

Resumo:

Este estudo tem por objetivo analisar o uso legal da força por parte da polícia militar na execução das atividades operacionais. Trata-se de questão que ganha cada vez mais relevo, principalmente porque a segurança pública, embora seja dever do Estado e responsabilidade de todos, tem na atuação das forças policiais importante referência. Não obstante, a autoridade policial, principalmente a militar, responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, não pode utilizar a força de forma desarrazoada, sob pena de configurar abuso de autoridade ou outro crime, a exemplo da tortura e, conseqüentemente, violar direitos fundamentais do indivíduo. Metodologicamente a pesquisa classifica-se como dedutiva, descritiva e bibliográfica. Consta-se que a segurança pública é consagrada no ordenamento jurídico brasileiro como direito de todos e dever do Estado, nos termos do artigo 144 da Constituição da República de 1988. Porém, quando se trata do uso da força, há uma tênue linha entre o uso legítimo da força e a prática de crimes que, por sua vez, gera responsabilização aos agentes de segurança pública. Logo, embora o que o uso da força pelos agentes de segurança pública é legítimo, embora seja tênue a linha entre a violência legítima praticada por estes e a violência ilegítima, o que ressalta a importância de se estar atento aos preceitos legais, buscando sempre o respeito à vida e integridade física dos envolvidos.

Palavras-chave: Atividade Policial. Força. Uso Legítimo. Violência.

Abstract:

This study aims to analyze the legal use of force by the military police in the execution of operational activities. This is an issue that is gaining more and more importance, mainly because public security, although it is the duty of the State and everyone's responsibility, has an important reference in the performance of the police forces. However, the police authority, mainly the military, responsible for ostensive and preventive policing, cannot use force unreasonably, under penalty of configuring abuse of authority or another crime, such as torture and, consequently, violating the fundamental rights of the individual. Methodologically, the research is classified as deductive, descriptive and bibliographical. It appears that public security is enshrined in the Brazilian legal system as a right of all and a duty of the State, under the terms of article 144 of the Constitution of the Republic of 1988. However, when it comes to the use of force, there is a fine line between the legitimate use of force and the commission of crimes which, in turn, make public security agents liable. Therefore, although the use of force by public security agents is legitimate, although the line between legitimate violence practiced by them and illegitimate violence is tenuous, which emphasizes the importance of being attentive to legal precepts, always seeking the respect for the life and physical integrity of those involved.

Keywords: Police Activity. Strength. Legitimate Use. Violence.